

STF derruba a cobrança de aposentados e pensionistas e fragiliza projeto de Covas

Por 11 votos a zero, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu no último dia 30 de setembro a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas da União. No julgamento dos pedidos de liminar para suspender a lei 9.783, os ministros do STF deixaram claro que a Constituição Federal proíbe a cobrança de servidores inativos e pensionistas.

Eles citaram os artigos 40 e 195 da Constituição, os quais excluem os aposentados e pensionistas do rol de contribuintes da Previdência. Além disso, o STF considerou como confisco as novas alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores ativos, de 20% e 25%, declaradas ilegais por ampla maioria: nove votos a dois.

As decisões do STF representam um revés para o projeto de previdência do governador Mário Covas, que se

baseou exatamente na lei federal agora derrubada. A posição definitiva do STF será tomada quando do julgamento de mérito da questão, mas parece improvável uma reversão.

Diante do impacto desse novo fato, que se soma ao desgaste provocado pelos atos públicos de protesto de 12 de agosto e 17 de setembro, e à recente Audiência Pública, o governo Covas estuda alternativas para seus planos de confisco salarial. É preciso estar atento: a batalha não terminou e vários dispositivos maléficos do projeto permanecem.

Para citar alguns, destacamos a exclusão dos docentes com contrato precário, o



Carlos Gueller

Audiência Pública no dia 29 de setembro colocou na defensiva deputados governistas. Leia na página 4

não reconhecimento do passivo atuarial, a administração do futuro IPESP sob controle total do governo. E há possibilidade de uma alíquo-

ta maior de desconto, que seria única, para todos os funcionários, na trilha insinuada pelo governo federal (alíquota única de 11%).

Mobilização contra o confisco continua!

A Comissão de entidades dos servidores públicos do Estado de São Paulo, reunida em 6 de outubro, avaliou a necessidade de manter-se a mobilização para a retirada do Projeto Covas. Algumas mudanças devem ser tomadas: a manutenção das vigílias no Plenário da AL nas tardes de terça, quarta e quinta-feiras; a atuação junto à Comissão de Constituição e Justiça para a devolução do projeto e discussão com deputados e servidores de um substitutivo

que inclua a integralidade da questão do sistema de seguridade social (previdência, saúde e assistência social); fazer campanha com ABI e OAB pela defesa do Estado de Direito e da Constituição; enviar moção de apoio ao STF e acompanhar a discussão do mérito da questão; insistir na solicitação de CPI do IPESP, enviar cartas e artigos aos jornais e programas de rádio. A Comissão se reunirá novamente quinta-feira, 14 de outubro, às 10 horas, na Assembleia Legislativa.

Coquetel Cultural no próximo dia 22

O próximo Coquetel Cultural ocorrerá no dia 22 de outubro, na sede da Adusp, às 17h30. Estarão divulgando seus trabalhos os professores Henrique Autran Dourado e Osvaldo Coggiola. Dourado, professor da Escola de Música da ECA, divulga seu livro "Pequena Estória da Música". Coggiola, da FFLCH, lança "Imperialismo e Guerra na Iugoslávia — radiografia do conflito nos Balcãs".



IME propõe fim da lista tríplice para diretores

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME) aprovou, em 19 de agosto, proposta de mudança estatutária, de autoria dos professores Carlos Barbosa Dantas e Marcos Magalhães, para eleição de diretores e vices das unidades da USP. A mudança, que propõe o fim da lista tríplice para escolha de diretor e vice-diretor das Unidades, é comentada a seguir por dois diretores e uma vice-diretora

Proposta de Mudança Estatutária

(aprovada pela Congregação do IME em 19/8/99)
Carlos A. Barbosa Dantas e Marcos N. Magalhães

1. Introdução

Pelo atual Estatuto da USP, o diretor e vice-diretor são escolhidos, a cada 4 nos, pelo reitor a partir de uma lista tríplice elaborada por um colégio eleitoral da unidade constituído pela Congregação e Conselhos. O reitor tem, assim, durante seu mandato a oportunidade de escolher todos os diretores e vices da Universidade.

O Conselho Universitário tem indubitavelmente o papel do Legislativo no âmbito da Universidade. Os representantes de Congregações são eleitos por seus pares, assim como os demais representantes de docentes, alunos e funcionários. Dessa maneira, seria reforçado o caráter legislativo do CO, caso seja acatada a proposta, apresentada a seguir, de eleição dos diretores pelos colégios eleitorais de suas unidades.

2. Proposta

Enviar ao Conselho Universitário a seguinte proposta de alteração estatutária:

Artigo (xx): O diretor e vice-diretor de Unidade serão eleitos em votação secreta pelo Colégio Eleitoral definido nos termos do presente estatuto.

Parágrafo 1º: caso o candidato mais votado não alcance a maioria absoluta dos votos, será realizada uma segunda votação com os dois candidatos mais votados, 30 minutos após a proclamação do resultado da primeira votação.

Disposição transitória: essa proposta, após aprovação no Conselho Universitário, terá vigência a partir da próxima gestão da Reitoria.

Tupã Gomes Côrrea

Diretor da ECA-USP

“Coincide a proposta do IME com idéia pessoal que tenho, por mais de uma vez, manifestado. Para quem não lembra, tive ocasião de me manifestar sobre o assunto, incluindo a questão de escolha de reitor e vice-reitor (em chapas, acompanhados de pró-reitores, secretário-geral, coordenadores, prefeitos e chefe de gabinete).”

Como não há tempo hábil, deixo de submeter o assunto específico, que está sendo encaminhado pelo IME ao CO, também à apreciação da E. Congregação da ECA antes da reunião daquele Colegiado. Assim mesmo, quando da inclusão em pauta, votarei a favor. Estou submetendo o assunto ao representante da Congregação da ECA, encarecendo igualmente o seu voto.”

Vera Lúcia Imperatriz Fonseca

Vice-diretora do IB-USP

“O sistema de escolha por pares e de representação em vigor na USP, de acordo com seu regimento, prevê eleições diretas em todos os níveis. Assim sendo, representantes docentes e discentes estão nos Conselhos departamentais, e os funcionários também estão representados junto à Congregação e ao CTA.”

As chefias de departamento são ocupadas por líderes eleitos pela sua comunidade. Todos os colegiados votam para a composição de uma lista tríplice, de onde o Magnífico Reitor escolhe o diretor ou o vice-diretor.

Estas funções são de enorme responsabilidade, e requerem uma sintonia de atitudes e princípios. Assim sendo, considero que a formação das listas tríplices, cujos componentes são escolhidos através de manifestação direta e espontânea de todos os representantes legais da Unidade, é legítima e reflete os anseios da comunidade. Ao Magnífico Reitor cabe a escolha final daquele com quem vai dividir a importante tarefa da gestão universitária.”

Silvio Roberto Salinas

Diretor do IF-USP

“Não digo que não sou simpático à mudança nas eleições de diretores e vice-diretores das Unidades, mas acho que há outras prioridades a serem discutidas. Previdência, salários, carreira e renovação do quadro docente, por exemplo, são mais relevantes, acredito que não só para mim, mas para o próprio Instituto de Física. Quanto a mudanças no Estatuto da USP, acho que uma questão importante a ser revista é o segundo turno nas eleições de reitores. Não há motivo para haver segundo turno, com um número de eleitores menor que o do primeiro turno. Vários outros pontos do Estatuto poderiam ser repensados. Mas todas as questões têm que ser vistas com calma, tem que haver um certo consenso, já que qualquer mudança no Estatuto depende da aprovação de 2/3 do Conselho Universitário.”

III Coned reafirmará educação como direito de todos

O III Congresso Nacional de Educação (Coned) será realizado de 2 a 5 de dezembro de 1999 em Porto Alegre, sob o lema “Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira: reafirmando a Educação como direito de todos e dever do Estado”. O III Coned pretende refletir experiências de escolas e universidades públicas, entidades populares, movimentos sociais e

governos municipais e estaduais comprometidos com os princípios do PNE, num contexto de debate e formulação de políticas alternativas ao neoliberalismo.

No dia 17 de setembro, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ocorreu o lançamento do III Coned, com a participação de uma centena de representantes de entidades sindicais, acadêmicas, cientí-

ficas, estudantis, profissionais, de fóruns estaduais e municipais e de parlamentares. Estiveram presentes o prefeito de Porto Alegre e a secretária estadual de Educação. “Avalio que tal ato político, além de objetivo, foi muito representativo da sociedade civil e do firme apoio do poder público local para a realização do evento”, explica César Minto, da Faculdade de Educação da USP e

membro da Associação Nacional de Educação (ANDE).

Nos dias seguintes ao lançamento do III Coned, reuniu-se a executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que articula as diversas entidades envolvidas na organização do evento, como a ANDE, Andes, CNBB, MST, Fasuba e outras. A próxima reunião do Fórum está prevista para os dias 16 a 18 de outubro, em Porto Alegre.

Precários e falta de professores preocupam conselheiros da Adusp

A falta de docentes e o grande número de professores precários na Universidade têm preocupado os membros do Conselho de Representantes (CR) da Adusp. A Adusp sempre se colocou contrária aos contratos precários. Com o novo projeto de previdência para os servidores públicos estaduais, que coloca os temporários no Regime Geral da Previdência, agrava-se o problema.

Segundo Márcia Caruso Bicego, representante do Oceanográfico no CR, o Departamento de Oceanografia Biológica deveria ter no mínimo 15 professores, mas conta atualmente com apenas 12. "Como representante do Instituto no Conselho de Representantes pretendo lutar pela contratação de professores", afirma. Com relação aos precários, Márcia diz que o Insti-



Márcia Bicego (IO) e Márcia de Oliveira (EE)

tuto tem sete professores nessas condições.

A falta de docentes atinge também a Esalq, sobretudo a pós-graduação. "Na graduação as disciplinas são compartilhadas entre vários docentes, ao passo que na pós muitas vezes as disciplinas são específicas de alguns docentes, que não con-



seguem fazer seus sucessores devido a dificuldades na contratação de pessoal", afirma Sérgio Oliveira de Moraes, representante da Esalq no CR da Adusp. Para sua gestão no Conselho, Sérgio pretende manter um maior intercâmbio entre a USP e a comunidade. A idéia é promover debates de

interesse tanto da Esalq, como a criação de um curso noturno de Nutrição, quanto da comunidade em geral, demonstrando que a Adusp não defende apenas interesses corporativos.

Na Escola de Enfermagem, o alto número de professores precários, a falta de concursos para efetivação e os critérios pouco claros utilizados pela CERT para avaliar o trabalho docente são os grandes problemas apontados por Márcia Ferreira de Oliveira, representante da EE no CR da Adusp. "Representando a Enfermagem no CR pretendo, por exemplo, lutar pela melhoria da qualidade de trabalho dos professores, além de obter uma postura mais clara da CERT nas suas avaliações, que valoriza mais a produção 'de papel' do que a produção em sala de aula", diz Márcia.

Minuta do CAD está "parada"

A minuta do Contrato Administrativo Docente (CAD), proposto pela reitoria, ainda não está pronta. Segundo Maria Paula Dallari Bucci, consultora jurídica da USP, em virtude das indecisões relativas às regras para aposentadoria dos servidores estaduais, as discussões sobre a minuta do CAD foram suspensas.

O CAD permitiria que novos docentes fossem contratados por três anos, renováveis por mais três anos e, após esse período, o professor passaria por concurso público de efetivação. Este tipo de contrato, contudo, não resolve todos os problemas da contratação docente. Existiria a possibilidade de o concurso não ser realizado, ou de o professor não ser aprovado, recebendo apenas os direitos previstos na CLT.

Projeto Covas é discutido em Piracicaba

No dia 1º de outubro, o projeto de previdência de Covas voltou a ser discutido pelos servidores públicos estaduais, desta vez em Piracicaba, por iniciativa da Adusp.

Na reunião, realizada na Associação Comercial e Industrial, estiveram presentes Marcos Magalhães (presidente da Adusp), José Machado (deputado federal, PT), Mauro Rontani (assessor do deputado estadual Roberto Moraes, PPS), José Menten (secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, PSDB).

Participaram ainda Marcos Sorrentino, diretor regional da Adusp, representantes da Adunicamp, Apeoesp e Instituto Agrônomo de Campinas.

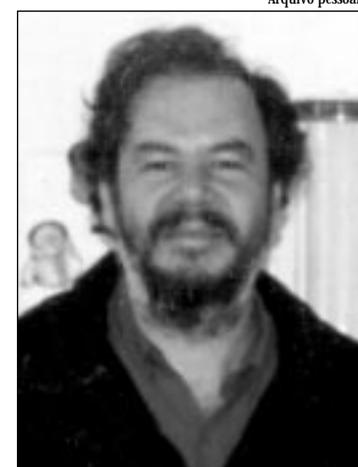
O primeiro a falar foi Marcos Magalhães. Ele esclareceu aos presentes os núme-

ros apresentados pelo governo para justificar a reforma na Previdência e as estratégias enganosas do marketing político, ao qual se submete a imprensa "nem sempre preocupada com os fatos".

Estratégias

Mauro Rontani falou sobre a tramitação do Projeto na Assembléia Legislativa, e o deputado José Machado discursou sobre estratégias que devem ser utilizadas para esclarecer a opinião pública sobre o verdadeiro papel do funcionalismo público, desfazendo a imagem, criada e trabalhada pelo governo estadual, de que o projeto prejudica apenas aos "marajás".

O Secretário Menten se dispôs a levar propostas dos servidores a políticos com



Sérgio Moraes (Esalq)

quem tem contato, como a deputada Célia Leão.

"Embora o número de presentes não tenha sido grande, considerou-se positiva a reunião, não só pelas estratégias e esclarecimentos, como pelo espaço conseguido na mídia local", diz Sérgio Moraes, do CR.

Audiência Pública reforça chances de derrotar o projeto de previdência

Carlos Gueller

No dia 29 de setembro a Assembléia Legislativa realizou uma Audiência Pública com o objetivo de discutir o projeto PLC 11/99 enviado pelo governador Mário Covas e que trata da previdência dos servidores estaduais. A audiência se iniciou com uma exposição do assessor especial do governo Fernando Carmona, que descreveu os objetivos e principais itens do projeto. Em seguida diversos oradores se pronunciaram, na sua maioria representantes do funcionalismo, incluindo o Fórum das Seis (falou o seu coordenador, Luis Andrade, o Tato), Apeoesp e SindSaúde. O vice-reitor da Unesp falou em nome do Cruesp, comentando as emendas que essa entidade apresentou. A cada cinco oradores a palavra retornava ao assessor, para comentários e esclarecimentos que desejasse fazer.

À tarde a audiência continuou com pronunciamentos de vários deputados. Exceto o PSDB, todos os partidos manifestaram posição contrária ao projeto, alguns de forma mais enfática do que outros. Mesmo os deputados governistas estavam incomodados com a presença massiva de funcionários na galeria e buscavam "gastar" o seu tempo no elogio ao presidente da Assembléia Legislativa pela iniciativa da realização da audiência. Ficou claro que o projeto pode ser derrotado se mantivermos a pressão sobre o Legislativo.

Carmona "explica" mas ...

No seu pronunciamento Carmona não mencionou o passivo atuarial que é de responsabilidade do Estado. A São Paulo Prev, empresa contratada pelo próprio governo estadual, calcula que o montante do passivo chegue a R\$ 63 bilhões. A consultoria J. Maduro, contratada pe-



Servidores lotaram a Assembléia; ao lado, Tato, do Fórum das Seis; acima, no destaque, a professora aposentada Hilda Rodrigues (Apampesp)

las entidades do funcionalismo, atualizou os dados da SP-Prev e incluiu os 200 mil servidores que o projeto não contempla para chegar ao número de R\$ 116 bilhões. Dessa forma, no cálculo da despesa com aposentados e inativos é preciso subtrair a parte que o governo deveria alocar no sistema como amortização de seu passivo (que seria pago ao longo de vários anos).

Outra questão importante é a situação atual do IPESP. Não foram apresentadas durante a audiência informações sobre o patrimônio e o montante de recursos desse órgão, que até hoje gerencia os 6% descontados do fun-

cionalismo durante décadas. A evolução dos gastos com o funcionalismo apresentada por Carmona, em publicação distribuída durante a audiência, seria a da tabela abaixo.

Note que os números diminuem ao longo dos anos, o que, segundo o assessor, só foi possível pela eficiência do governo em aumentar a arrecadação. Pois bem, não deve o governo continuar sendo eficiente? A reativação da economia não poderia contribuir ainda mais com o aumento das receitas? Em declaração ao *Jornal do Brasil* (24/1/99) o secretário da Receita Federal estima que, a cada ano, cerca de R\$ 825 bilhões de rendas que seriam

tributáveis nada pagam ao fisco. Obviamente, parte considerável desse dinheiro circula em São Paulo e retornaria ao Estado como repasse de verbas.

Certamente a sonegação estadual também é grande e para combatê-la o governo estadual precisa, além da vontade política, do aparelhamento da fiscalização (e claro, de fiscais motivados). O governo estadual precisa parar de fazer propaganda enganosa com a população e apresentar de modo realista e honesto suas propostas de gerência do Estado. E se nelas não estiver incluído o serviço público de qualidade, e que certamente depende de salários e condições dignas para os funcionários, que chance terá a próxima geração? A educação e saúde públicas representam a alavanca para resgatar a cidadania de grande parcela da população.

Gastos relativos à Receita Corrente Líquida do Estado

Anos	1995	1996	1997	1998
Aposentados e pensionistas	21,9%	22,5%	22,5%	19,2%
Total de pessoal	65,6%	64,6%	63,7%	63,9%